

**MULHERES NA DITADURA MILITAR: UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS
PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS QUE SURGIRAM E
ATUARAM DURANTE O PERÍODO DE 1964 A 1985 NO BRASIL**

**WOMEN IN THE MILITARY DICTATORSHIP: A SURVEY ABOUT THE MAIN
POLITICAL-IDEOLOGICAL ORGANIZATIONS THAT RAISED AND ACTED
DURING THE PERIOD FROM 1964 TO 1985 IN BRAZIL**

Renato Kendy Hidaka

Professor de Sociologia e Sociologia da Educação do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP - câmpus Birigui, Membro
Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS), Brasil
E-mail: rkhidaka@yahoo.com.br

Isabela Delatorre Fernandes

Graduanda em Psicologia, UNISALESIANO - Centro Universitário Católico
Salesiano Auxilium, Brasil
E-mail: delatorreisabela@gmail.com

Recebido: 24/03/2021 – Aceito: 24/03/2021

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar as principais organizações da sociedade civil formada por mulheres que surgiram e atuaram durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Trata-se de um trabalho de revisão sistemática da literatura e que procura apresentar, mais precisamente, quais foram os principais movimentos de mulheres que surgiram entre os anos de 1964 a 1985 e como eles se posicionaram, política e ideologicamente, diante do regime político instaurado. Esses movimentos que surgiram naquele momento apoiavam ou eram contra o regime? Qual era a visão desses coletivos a respeito do contexto histórico? O que eles reivindicavam? Os movimentos e organizações de mulheres possuíam demandas específicas ou se engajaram no conflito mais geral, de legitimação e contraposição ao regime político? O tema aqui abordado se justifica pela importância do resgate da presença das mulheres nesse período da história brasileira, predominantemente interpretado pela historiografia a partir de outras perspectivas, que secundarizam ou anulam a sua participação.

Palavras-chave: Mulheres; Organização; Movimento; Ditadura Militar.

Abstract

This article aims to identify the main civil society organizations formed by women who emerged and acted during the period of the civil-military dictatorship in Brazil. It's a study that involves research through documentary and bibliographic records to present, more precisely, which women's movements emerged between 1964 to 1985 and how they positioned themselves, politically and ideologically, upon the government policy. Did those movements that emerged at that time supported or were against the regime? What was the view of these collectives regarding the historical context? What did they claim? Did women's movements and organizations have specific demands or did they engage in a more general conflict of legitimation and opposition to the political regime? The theme discussed here is justified by the importance of rescuing the presence of women in this period of Brazilian history. Most of the data of this period is interpreted by historiography from different perspectives, which marginalize or annul women's participation in this scene depicted.

Keywords: Separadas por ponto e vírgula.

1. Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa intitulada *Mulheres na ditadura militar: um levantamento acerca das principais organizações político-ideológicas que surgiram e atuaram durante o período de 1964 a 1985 no Brasil*. A pesquisa teve como objetivo identificar algumas das principais organizações da sociedade civil formada por mulheres que surgiram e atuaram durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Trata-se de um trabalho fundamentado em pesquisa bibliográfica que visou, mais especificamente, fazer um levantamento acerca dos principais movimentos de mulheres que surgiram entre os anos de 1964 a 1985 e destacar o modo como eles se posicionaram, política e ideologicamente, diante do regime político instaurado.

Algumas perguntas que norteiam o trabalho: existiram movimentos e organizações de mulheres no período da ditadura militar? Se sim, eles apoiavam ou eram contra o regime? Qual era a visão desses coletivos a respeito do contexto político? O que eles reivindicavam? Possuíam demandas específicas ou se engajaram no conflito mais geral da época, qual seja, em torno da legitimação e contraposição ao regime político?

O tema aqui abordado se justifica pela importância do resgate da presença das mulheres nesse período da história brasileira, predominantemente interpretado pela historiografia a partir de outras perspectivas, que secundarizam ou anulam a participação feminina no fazer da história.

O objetivo geral deste trabalho, já anunciado, consiste em mapear as diferentes organizações de mulheres fundadas durante o regime militar no Brasil (1964-1985). Seus objetivos específicos são: 1) identificar quais foram os principais movimentos de mulheres da época, destacando quando e onde surgiram e 2) explicitar os objetivos, as formas de organização e atuação, bem como as tendências político-ideológicas das organizações femininas selecionadas.

2. Revisão Bibliográfica

A ditadura militar brasileira é considerada por alguns estudiosos como um período sombrio de nossa história recente (SOUSA, 2015). Foi um momento marcado, em relação aos regimes democráticos, por intensa repressão, tortura e censura advindas do Estado¹ (GIANORDOLI-NASCIMENTO; OLIVEIRA; CRUZ; FREITAS; REIS; SANTOS; MENDES, 2015; REIMÃO, 2014). Ela foi instaurada em abril de 1964, por meio de um golpe militar que levou à deposição do então presidente, João Goulart. Este, desde que assumiu o governo em setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, propunha mudanças estruturais denominadas de Reformas de base, fato que provocou a insatisfação de diversos setores burgueses e conservadores da sociedade brasileira. Esses setores entendiam que as medidas implementadas pelo governo Goulart seriam uma forma de implementação e disseminação do ideário comunista no Brasil (FICO, 2004).

Em um breve balanço da literatura acadêmica sobre a época, podemos observar a prevalência do binômio dominação-resistência como chave de muitas das pesquisas realizadas, com destaque, nesse sentido, para as ações do aparelho repressivo-militar e para as resistências que surgiram no decurso do regime. No entanto, observamos que grande parte dessas análises relega a um segundo plano

¹ Ao pesquisar a ação censória do Estado no âmbito da produção cultural, Sandra Reimão assinala que “durante a ditadura militar (1964-1985), e destacadamente a partir da Constituição outorgada de 1967, a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP)” (2014, p. 75).

a participação de setores da sociedade civil em movimentos ou organizações de apoio ao golpe e/ou ao regime militar (SOUSA, 2018).

Para o que interessa a esta pesquisa, assinalemos que, tal como ocorre nas análises de outros períodos históricos da formação social brasileira, a participação das mulheres no processo político é marginalizada pela literatura. Como compreendemos, trata-se marcadamente de uma dupla marginalização: 1) a que ocorre no interior do campo científico, ao não se considerar a prática política das mulheres como objeto de discussão legítima – ou considerá-la como objeto de pesquisa de menor prestígio (BOURDIEU, 1983) –, e 2) a que ocorre no campo político, pela manutenção dos fatores que dificultam a atuação das mulheres nos espaços públicos e nas instituições políticas, sejam esses fatores de ordem material, simbólica ou institucional². Sobre a marginalização que se opera na política, concordamos com Biroli (2018) quando esta afirma que o campo político é constantemente atualizado como espaço masculino. Nos próprios termos da autora: “A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos subalternizados” (BIROLI, 2018, p. 172).

Ora, entendemos que a reduzida presença das mulheres nos estudos sobre os processos políticos não deve nos induzir à conclusão de que elas não tenham atuado – ou mesmo que não atuem - politicamente na história. Pelo contrário, pesquisas mais recentes mostram que, em muitos desses processos, a presença feminina deixou marcas e até, em alguns casos, foi determinante para as mudanças ocorridas em seu interior. É desse postulado que partimos aqui.

É certo que, neste trabalho, nos limitaremos tão somente a investigar a atuação política das mulheres no período da ditadura militar brasileira, mapeando os principais movimentos e organizações de mulheres que surgiram nesse contexto. Como critério de seleção, vamos nos voltar aos movimentos e organizações que, de alguma maneira, se posicionaram politicamente em relação ao regime, seja defendendo-o, seja se contrapondo a ele. Daremos destaque, no

² Vale registrar que, conforme Biroli, os efeitos da participação desigual não atingem as mulheres da mesma forma. Deve-se considerar que estas “estão situadas diferentemente no globo e nas dinâmicas de exploração

que diz respeito a tais manifestações, às suas diferentes matrizes político-ideológicas e formas de atuação.

Passemos agora, então, aos resultados obtidos. O levantamento bibliográfico a respeito da produção textual sobre o tema disponibilizado em plataformas de periódicos científicos e bibliotecas digitais de teses e dissertações, além de artigos de jornais, que realizamos nos permite afirmar que as mulheres são parte constituinte da história do período ditatorial militar brasileiro. Presentes em organizações e em movimentos, elas se engajaram ativamente nos conflitos existentes na época.

Nesse sentido, um dos aspectos mais gerais que podemos assinalar é que a presença da prática política das mulheres na ditadura pode ser observada tanto em grupos que atuaram de fora do Estado, ou seja, exercendo pressão a partir das ruas, quanto de dentro dele, a partir de sua inclusão em órgãos formais de representação política, sobretudo no período de enfraquecimento do regime.

Um segundo aspecto geral que podemos destacar é existência de movimentos e organizações de diferentes matrizes político-ideológicas. Para fins de análise, dividimos esses movimentos e organizações em duas categorias: na primeira, inserimos os grupos que enquadrados à direita do espectro político, grupos esses que atuaram seja apoiando, seja legitimando as políticas dos governos militares e, na segunda, aqueles que situamos à esquerda do espectro político, que assumiram uma posição de confrontação à ditadura, malgrado as diferenças existentes em seu interior. Ressalte-se que essas diferenças presentes no interior dos movimentos e organizações são fundamentais para compreendermos as divisões e disputas que nele se encerram, inclusive, as particularidades das pautas femininas.

Movimentos de mulheres que apoiaram e se contrapuseram ao regime militar

A participação feminina na política, no período militar, ainda era um desafio às convenções de gênero da época, marcada pelo conservadorismo moral que

relegava às mulheres o espaço privado, estritamente em funções como a de mãe, de esposa e de dona de casa. (TEGA, 2012). A presença das mulheres na cena política, ainda que atuando de fora do Estado, causava bastante estranheza. (COLLING, 2006). Em suma, para muitos estudiosos, as mulheres eram destituídas da condição de sujeito histórico, operando em um cenário predominantemente masculino.

Contudo, diversas pesquisas irão nos mostrar que ainda que as lutas durante o regime tenham sido travadas, majoritariamente, por homens, a presença e a participação das mulheres na conjuntura política do período não pode ser desconsiderada (GIANORDOLI-NASCIMENTO; OLIVEIRA; CRUZ; FREITAS; REIS; SANTOS; MENDES, 2015).

A literatura mostra a esse respeito que um dos traços característicos da atuação política das mulheres na ditadura é o seu engajamento em lutas envolvendo bandeiras mais gerais, como a participação na luta anticapitalista e na luta contra as injustiças sociais. Nessa direção, podemos afirmar que a atuação política das mulheres é marcada, em grande medida, pela conexão e tensão entre as pautas específicas femininas e a luta pela transformação social mais geral (BIROLI, 2018). Os seja, na análise da conjuntura política em questão o tensionamento deve ser considerado como uma das marcas das disputas político-ideológicas no interior dos movimentos e organizações compostos por mulheres da época, sobretudo daqueles que se posicionavam contra o regime.

Para os fins desta pesquisa, nas linhas que seguem, identificaremos quais foram os principais movimentos de mulheres do período, destacando 1) o seu nome, quando e onde surgiram, 2) a sua base social e as suas reivindicações/objetivos, 3) os responsáveis, de acordo com o movimento, pelo problema desencadeador de sua ação/organização e 4) a sua visão de mundo, ou seja, os valores defendidos ou que norteiam a sua ação política³.

efeito a produção de diferentes condições de participação política às mulheres.

³ Baseamo-nos no esquema de análise proposto por Pinheiro, para quem, na produção discursiva dos movimentos sociais, é possível “identificar uma série de preocupações no campo da simbolização tanto das lutas como das questões a elas afetas, entre as quais, pode-se destacar: a) a formulação e justificação da reivindicação (queixa); b) a definição da base social (o nós da identidade coletiva) interessada; c) também os aliados (o nós mais amplo da comunidade); d) definição dos responsáveis (o eles) pelos problemas, porque são externos à comunidade ou têm interesses opostos aos dela; e e) o recurso a uma visão de mundo (ou a

Não é de espantar que em um momento marcado pela polarização político-ideológico tenham surgido movimentos e organizações de mulheres apoiadores do regime. Em sua pesquisa sobre a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), Chaves (2015) destaca a participação ativa de mulheres provenientes da alta classe média nos primeiros anos pré e pós implantação da ditadura. Contrárias à política do presidente Jango e pautadas em um ideário de direita, essas mulheres, de várias cidades do país, seriam conhecidas, posteriormente, como “marchadeiras”. Elas tiveram importante participação na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que consistiu em um movimento de mulheres católicas criado em junho de 1962, no Rio de Janeiro. Entre suas atividades, estão a publicação de manifestos contrários à política externa do Itamaraty (que procurou reatar as relações com a União Soviética), campanhas a favor de candidatos “democratas” que defendessem os valores cristãos e o envio de cartas contra a antecipação do plebiscito parlamentar proposto por Goulart. Deixou de ser atuante no início da década de 1970. (CORDEIRO, 2009).

A Camde foi criada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército. Com sede na igreja de Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, o movimento promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos, além de dedicar-se a trabalhos assistenciais junto à população favelada do estado. (FGV/CPDOC, on-line, n.p.).

Esses movimentos de mulheres em defesa do regime ditatorial contaram, conformando sua base social mais ampla, com o apoio e a participação massiva de empresários, militares e parte da igreja católica. Segundo Sestini (2008), muitos deles foram patrocinados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), visando desestabilizar o governo Goulart (apud SOUSA, 2018). Além da CAMDE, outras organizações de mulheres que se destacaram em mobilizações de direita foram a União Cívica Feminina (UCF), originada em São Paulo, a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), em Belo

elementos dela) ou a projeção de uma (2011, p. 202). Ver: PINHEIRO, Jair. Visões de mundo em luta. Revista Aurora (UNESP. Marília), v. 8, p. 202-212, 2011.

Horizonte, a Cruzada Democrática Feminina (CDF), em Recife, e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), no Rio Grande do Sul. (ORDEIRO, 2009).

A União Cívica Feminina foi um movimento cuja base social era formada por mulheres católicas, tendo surgido em São Paulo, no ano de 1962. Sua atuação era baseada em “ações cívicas com o objetivo de fortalecer a ideia da presença dos militares como necessária para a manutenção da ordem e da preservação dos valores morais e cristãos.” (FGV/CPDOC, on-line, n.p.). Contrapunham-se ao governo Goulart e eram contrárias à suposta infiltração comunista no país.

Pouco tempo depois, a CAMDE e a UCF se congregaram em torno da Marcha da Família com Deus pela Liberdade⁴, que chegou a contar com cerca de 300 mil pessoas. Nas marchas, estavam presentes diversos grupos, como:

Entidades femininas (Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia - LIMDE, União Cívica Feminina - UCF e Movimento de Arregimentação Feminina), religiosas (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, Círculos Operários Católicos, Associações Cristãs de Moços), associações civis e de classe (Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para Educação Cívica) e sindicatos patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) (CODATO; OLIVEIRA, 2014, p. 279).

Para os agentes dessas mobilizações, no que diz respeito a sua visão de mundo, a família era concebida como instituição fundamental para a preservação da ordem social, enquanto o comunismo, encarnado supostamente no governo, era considerado a principal ameaça à integridade da família (TELES, 2014). Vale ressaltar que a CAMDE foi a principal organizadora da “Marcha da Vitória”, realizada no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964⁵ (FGV/CPDOC, on-line).

Ao pesquisar esses grupos de direita que eram favoráveis ao regime militar, Torres (2010) procura mostrar que sua base era constituída, majoritariamente, por mulheres cujo perfil era formado por donas de casa e católicas. Diz-nos o autor:

⁴ As principais manifestações que contaram com a participação massiva desses grupos formados por mulheres ficaram conhecidas como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram entre 19 de março a 8 de junho de 1964, contrários ao governo Goulart.

⁵ Ver: FGV/CPDOC. Verbetes. Campanha da mulher pela democracia (CAMDE). s/d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>>.

[...] estas mulheres da classe média, boas mães de família responsáveis pela organização destas entidades de luta pela família, contra o comunismo ateu, com toda sua força anticomunista, inclusive já demonstrada pela quantidade de entidades que deram apoio ao golpe de estado, através de suas Marchas da família, com Deus e pela Liberdade, possuíam características naturais, que de forma nata, a fariam não aceitar o comunismo no seio de sua família. (Torres, 2010, p. 100).

Como constatamos, ainda que os movimentos conservadores tenham sido publicamente mais conhecidos por conta de sua repercussão midiática, surgiram organizações e movimentos opositores ao regime⁶. Em 1968, por exemplo, foi criada a União Brasileira de Mães (UBM). Sobre a sua origem, de acordo com Pereira:

Há que se destacar também que as mulheres se levantaram por seus entes desaparecidos nas ações violentas dos militares no poder. Foi assim que surgiu a União Brasileira de Mães que chegou a organizar passeatas pela vida dos seus. Nas mobilizações por moradia, na resistência nos locais de trabalho, nas lutas cotidianas pela sobrevivência, na reorganização molecular da luta operária e camponesa, a presença de mulheres mostrou-se imprescindível (PEREIRA, 2019).

As evidências históricas e alguns trabalhos mostram-nos que, no final da década de 1960, houve crescente mobilização de setores progressistas da sociedade civil. Decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Artur Costa e Silva, o Ato Institucional nº 5 marca, nesse sentido, o recrudescimento do regime contra movimentos opositores alicerçado na suspensão das garantias individuais e dos direitos políticos (ORRES, 2018)⁷.

Em Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência, Ferreira (1996) destaca a atuação de diversas mulheres que se

⁶ Registre-se que é possível verificar a participação de mulheres em organizações e movimentos políticos no Brasil antes do período militar. Como mostra Pereira, “Antes do golpe de 1964, as ações e a organização das mulheres pela mudança das condições a que estavam submetidas na sociedade brasileira estavam ganhando força: as associações femininas; a criação da União Feminina ligada à Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1936; a criação da Federação das Mulheres do Brasil (FMB), em 1947; as Assembleias Nacionais de Mulheres; a Liga Feminina do Estado da Guanabara; o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, em 1963. As mulheres estavam se organizando articuladas sobre as pautas mais diversas, contra a carestia, contra os despejos das favelas, pela paz, dentre outros”. (2019).

⁷ Ver: Torres, Mateus G. O judiciário e o Ato Institucional nº5: repressão e acomodação em 1968. MovimentoAção, Dourados, v. 5, nº. 9, p. 125-138, 2018.

posicionaram do lado da resistência nos “anos de chumbo”. A autora nos traz os relatos de vida de mulheres que vivenciaram o cárcere, a repressão e a tortura, ou seja, histórias de mulheres que questionaram a ordem estabelecida, participando de grupos, movimentos e organizações – armados ou não – de resistência.

Sobre o significado político-ideológico da participação das mulheres em grupos de resistência, Torres afirma que:

A presença das mulheres na luta armada ou mesmo na militância política, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representava uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. As militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, "comportando-se como homens", pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, transformando-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (2010, p. 103).

Tega (2012), que também pesquisa a participação das mulheres na resistência à ditadura, sustenta que os movimentos e organizações contrários ao regime político que surgiram na época eram formados, em sua maioria, por jovens pertencentes às classes médias escolarizadas. Conforme a autora, muitas dessas mulheres iniciaram a militância política no movimento estudantil, sendo este um de seus traços característicos.

Estudiosa da formação do movimento feminista no Brasil, Sarti assinala que:

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento (1998, p. 3).

Nessa mesma direção, ou seja, destacando que não havia um ideário feminista consolidado e que as demandas das mulheres já despontavam na forma de organizações específicas, Woitowicz afirma que:

Em decorrência das lutas promovidas pelas mulheres, surgem vários clubes de mães, que começam a levantar discussões sobre custo de vida,

baixos salários, creches para mães trabalhadoras, sexualidade, violência sexual e doméstica. São realizados congressos de mulheres, marchas, cartas às autoridades exigindo mudanças, entre outras ações, e começam a ganhar espaço lutas feministas como o direito ao corpo e sexualidade. E é neste contexto de mobilização que a imprensa feminista surge como espaço de resistência e luta das mulheres (2014, p. 106).

Entre os movimentos de mulheres, já com contornos feministas, que surgiram na época, podemos destacar: a Sociedade Brasil Mulher, a Associação Nós Mulheres, o Centro da Mulher Brasileira, a Associação das Mulheres de A E Carvalho, o SOS Mulher, o Coletivo Feminino da Sexualidade e o Saúde da Mulher, a União Brasileira de Mulheres, o Grupo de Mulheres Lésbico Feministas (CNV, 2019).

Em seu livro *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*, Ribeiro (2018) entrevistou mais de 45 mulheres que integraram a Aliança Libertadora Nacional. Como se sabe, a ALN foi uma organização revolucionária fundada por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, em 1968, militantes dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (FGV/CPDOC, s/d). A partir dos relatos que coletou, Ribeiro (2018) sustenta que as mulheres não foram linha auxiliar na luta contra a repressão. Elas fizeram parte da frente de resistência e foram protagonistas no interior do movimento (Dulce, 2018). Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Ribeiro diz que:

No livro, eu considero o papel das associações de bairro e movimentos de mulheres que foram anteriores à luta armada. A ALN saiu do Partido Comunista e levou muitas pessoas de lá. Uma das pioneiras da ALN, na realidade, era a chamada Liga Feminina da Guanabara, que era um grupo de mulheres que militava no partido, algumas que ajudaram pessoalmente o Marighella, mas não aderiram a ALN (DULCE, 2018).

E ainda:

As mulheres estavam em um processo de liberação, o feminismo como a gente conhece hoje ainda não tinha chegado no Brasil. Existiam muitas mulheres que estavam na universidade e tinham contato com leituras como Simone de Beauvoir e outras referências europeias ou estadunidenses que chegavam aqui.

Mas, naquele contexto, as mulheres estavam mais preocupadas em derrubar a ditadura do que falar mais de si. Eu não posso dizer que o movimento de mulheres contra a ditadura, ainda que na luta armada, fosse feminista. O movimento feminista enquanto teoria e prática é posterior e

quem se engajou naquela luta se propunha a destruir a ditadura sem saber se no dia seguinte estaria viva. (DULCE, 2018).

Como já dissemos, o movimento feminista que atuou na ditadura foi composto, inicialmente, por mulheres pertencentes às classes médias. Mas, em seguida, passou a congregar mulheres das camadas populares, aglutinadas em torno das organizações de bairro, em um movimento interclasses. De acordo com Sarti:

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. (1998, p. 5)

Sarti (1998) defende que a participação política das mulheres na resistência à ditadura na década de 1970 foi um dos principais fatores para a emergência do feminismo no país. A essa emergência, podemos associar os efeitos do feminismo internacional, bem como as mudanças na situação da vida das mulheres brasileiras.

Um fato histórico que aparece com bastante destaque na literatura sobre o movimento feminista no Brasil é o estabelecimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Esse marco “propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar” (SARTI, 1998, n.p.), ensejando o surgimento, no mesmo ano, de vários grupos políticos de mulheres. No Brasil, ocorreram reuniões em São Paulo e no Rio de Janeiro que resultaram na fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), do Brasil Mulher (BM), do Nós Mulheres (NM) e do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), em São Paulo. (SARTI, 1998; WOITOWICZ, 2014).

O CMB foi criado em setembro de 1975, com o intuito de “refletir sobre a condição da mulher na sociedade” (MARQUES; ZATTONI, 2014, p. 61). Em suas discussões, articulava, não sem conflitos, formulações do marxismo, do catolicismo e questões de cunho feminista. Segundo Marques e Zattoni, o CMB “foi um desdobramento dos grupos de reflexão que se formaram desde 1972” (Marques; Zattoni, 2014, p. 62) e a sua fundação pode ser considerada o marco inaugurador do feminismo de “segunda onda” no Brasil.

Sublinhe-se que, em 1979, temos a formação do grupo Lésbico Feminista (LF), um subgrupo pertencente ao SOMOS-SP, “um dos pioneiros das organizações LGBT no Brasil, em uma tentativa de descentralizar o discurso das vozes masculinas do grupo.” (FONSECA, 2020, n.p.). No mesmo ano, também ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres.

Sobre as demandas especificamente femininas, Sarti sublinha que:

As questões propriamente feministas, as que se referiam às relações de gênero, ganham espaço quando se consolida o processo de “abertura” política no país em fins dos anos 70. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre gênero. (SARTI, 1998, p.6).

Na década de 1980, o país já conta com dezenas de grupos feministas espalhados pelo território nacional (WOITOWICZ, 2014). É, portanto, entre o final da década de 1970 e início da de 1980 que as mulheres passam a estar presentes de forma mais marcante em organizações e movimentos não só ao lado dos homens, mas também com atuações mais dirigidas à temáticas específicas às demandas das mulheres.

Registre-se que, naquele contexto, ser feminista no Brasil tinha um caráter negativo, tanto na perspectiva da direita quanto na da esquerda. Para a direita, o feminismo era um movimento imoral e perigoso. Para a esquerda, o feminismo era entendido como uma variante do “reformismo burguês”. É nesse sentido que Sarti sustenta que, no auge da ditadura militar brasileira, para algumas organizações de mulheres, a “autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não

seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.” (SARTI, 1998, p. 39).

Por sua participação em movimentos contra o regime, nos “anos de chumbo”, muitas mulheres foram exiladas e, no exterior, fundaram grupos com atuação política. Cardoso (2004) aponta que quatro grupos se destacaram lá fora. O primeiro deles é o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior (CMCE), fundado no Chile, no início dos anos de 1970, por Zuleika Alembert; o segundo é o Grupo de Autoconsciência, criado nos Estados Unidos no mesmo período por Branca Moreira Alves; o terceiro é o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (CMBP), criado na França em 1976 por um grupo de mulheres brasileiras; por fim, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (GLAMP), fundado também na França, por Danda Prado, em 1972.

É possível afirmar que nos anos 80 o movimento de mulheres era uma força política e social consolidada (SARTI, 1998). Os grupos feministas espalharam-se pelo território nacional e seu ideário passou a penetrar organizações diversas, como partidos, sindicatos, e associações profissionais.

Em 1980, foi fundado em São Paulo o SOS Mulher, organizado por ativistas feministas. Conforme Silva, o objetivo do grupo “era construir uma luta autônoma contra a violência por meio de entidades que tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço de feministas voluntárias que incluía psicólogas e advogadas” (2017, n.p.). Além de oferecer atendimento a mulheres, vítimas de violência, o SOS Mulher “fazia grupos de reflexão sobre a violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública.” (Ibidem).

Em 1981, também em São Paulo, temos a criação do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, uma organização não governamental resultante da luta de um grupo de mulheres por saúde e direitos femininos (OLIVEIRA; PEREIRA; FERREIRA, 2016, p.10).

Nos anos 1980, é possível observar a emergência de atuações político-ideológicas de mulheres na perspectiva interseccional, articulando em suas práticas questões relacionadas à gênero, raça e classe.

Ao investigar a resistência das mulheres na ditadura militar brasileira a partir da imprensa alternativa feminista, Woitowicz (2014) afirma que:

Os rigores da censura se impuseram aos grupos organizados e comprometeram a circulação de informações sobre a luta pela democracia e as outras lutas específicas empreendidas por diferentes setores da sociedade na reivindicação de direitos. O conservadorismo em torno de temas ligados a questões culturais e comportamentais, aliado ao controle político da informação, impôs filtros para tematizar as mulheres nos jornais, desafiando a mídia alternativa a produzir discursos contrastantes a respeito dos direitos das mulheres. (WOITOWICZ, 2014, p. 114).

Publicações alternativas desse período nos dão indícios a respeito dessa mudança com a inserção de diversas questões relativas ao enfrentamento da opressão contra as mulheres em diferentes dimensões da vida. Woitowicz cita a experiência dos jornais Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1987). Desses, o jornal Brasil Mulher foi o primeiro jornal voltado às mulheres e produzido por mulheres, trazendo em seu conteúdo o discurso da igualdade e das lutas pelas causas democráticas. Conforme a pesquisadora:

Neste período, em que a imprensa alternativa atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, surgem as publicações do movimento feminista, que discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras. (2014, p. 107).

Um capítulo à parte da participação das mulheres na luta política no período militar poderia ser escrito ao tratarmos da repressão. Biroli assevera que a “violência da repressão não foi neutra em termos de gênero” (2018, p. 177) e que a compreensão de fenômenos como a misoginia e o sexismo são fundamentais para explicar a dinâmica de dominação no período. Todavia, um trabalho como este, considerada a sua importância, e ultrapassando os limites deste, demandar-nos-ia uma nova pesquisa.

3. Considerações Finais

Como considerações finais, podemos afirmar que a análise da produção acadêmica e não acadêmica sobre os movimentos e organizações de mulheres que surgiram e atuaram durante o regime ditatorial-militar, mais precisamente de 1964 a 1985, no Brasil, nos permite afirmar que as mulheres são parte constituinte da história de lutas desse período. Presentes em organizações e em movimentos, elas se engajaram ativamente nos conflitos e participaram de diversas mobilizações e manifestações que ocorreram na época.

Nesse sentido, um dos aspectos mais gerais que podemos assinalar é que a presença da prática política das mulheres na ditadura pode ser observada tanto em grupos que atuaram de fora do Estado, ou seja, exercendo pressão a partir das ruas, quanto de dentro, a partir de sua inserção em órgãos formais de representação política, sobretudo no período de enfraquecimento da ditadura. Ademais, podemos destacar a existência de movimentos e organizações de mulheres de diferentes matrizes político-ideológicas, denotando pluralidade na ação política e a emergência de demandas específicas, colocadas a partir da vivência e do enfrentamento aos limites impostos naquele contexto, sejam eles econômicos, políticos e ideológicos, à condição de ser mulher.

Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu (coleção Grandes cientistas sociais). São Paulo: Ed. Ática, 1983, p. 122-155.

CHAVES, Eduardo dos S. **A Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)**: as direitas durante os primeiros anos da ditadura militar. In: VII Congresso Internacional de História, 2015, Maringá. VII Congresso Internacional de História. Maringá: PPGH/UEM, 2015. v. 1. p. 683-695. Disponível

em:<<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1060.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020. doi:10.4025/7cih.pphuem.1060.

CNV. Mulheres foram parte importante da resistência e luta contra a ditadura em 1964. **Mídia Ninja**, 31 mar. 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/mulheres-foram-parte-importante-da-resistencia-e-luta-contra-a-ditadura-em-1964/>>. Acesso em 04 jul. 2020.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. v.24 n.47. São Paulo, 2004.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista. Pelotas**: Universidade Federal de Pelotas, 2006, v. 10, p. 169-178.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.

DULCE, Emilly. Mulheres foram protagonistas da resistência armada à ditadura. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 set. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/mulheres-foram-protagonistas-da-resistencia-armada-a-ditadura>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

FERREIRA, Elizabeth. F. X. **Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FGV/CPDOC. Verbete. **Ação Libertadora Nacional (ALN)**. On-line. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

_____. Verbetes. **Campanha da mulher pela democracia (CAMDE)**. On-line. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->

tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>. Acesso em: 07 jul. 2020.

_____. Verbete. **União Cívica Feminina**. On-line. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-civica-feminina>>. Acesso: 27 out. 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

FONSECA, Marcelle. A história de luta do movimento das lésbicas no Brasil. **QGFeminista**, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://qgfeminista.org/a-historia-de-luta-do-movimento-das-lesbicas-no-brasil/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; OLIVEIRA, F. C.; CRUZ, J. P. D.; FREITAS, J. C. ; REIS, D. B. ; SANTOS, T. L. A. ; MENDES, B. G. . Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. **Memorandum** (Belo Horizonte), v. 28, p. 110-131, 2015.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A.; AMÂNCIO, L. **Mulheres brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar Brasileira**. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, 2004, Braga. Anais do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, 2004.

MARQUES, A. M; ZATTONI, A. M. Feminismo e Resistência: 1975 - o centro da mulher brasileira e a revista *Veja*. **História Revista**, v. 19 n. 2, Mulheres, Feminismos e Gênero: diálogos (in)ensos na História, p. 55-76, 18 de dezembro de 2014. Disponível em:
<<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/31223/18873>> Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, D. D; FERREIRA, S. A. S. **Violência Obstétrica como Entrave a**

Autonomia e Protagonismo da Mulher: um Olhar Feminista, IV Simpósio Gênero e Políticas, GT7 – Gênero e Reprodução, p. 01-15, 08 a 10 de junho de 2016.

Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT7_Debora%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

PEREIRA, Karla. A luta das mulheres na ditadura militar e a urgência de rechaçar o feminismo liberal hoje. **Esquerda Online**, 30 mar. 2019. Ditadura nunca mais.

Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/30/luta-das-mulheres-na-ditadura-militar-e-a-urgencia-de-rechacar-o-feminismo-liberal-hoje/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

PINHEIRO, Jair. Visões de mundo em luta. **Revista Aurora** (UNESP. Marília), v. 8, p. 202-212, 2011.

REIMÃO, Sandra. 'Proíbo a publicação e circulação...' - censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 28, p. 75-90, 2014.

RIBEIRO, Maria C. B. **Mulheres na Luta Armada:** Protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SILVA, Flávia. Notas sobre Eliane de Grammont, “SOS Mulher” e a luta contra a violência a mulher no Brasil dos anos 1980. **Esquerda Diário**, Campinas, 10 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-Eliane-de-Grammont-SOS-Mulher-e-a-luta-a-contra-a-violencia-a-mulher-no-Brasil-dos-anos>> Acesso em: 27 out. 2020.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 389-412, set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-389.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TEGA, Danielle. Memórias da Militância: reconstruções da resistência política à ditadura civil-militar brasileira. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 123-147, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-389.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira. **Em Debate**, Florianópolis, n. 4, p. 93-105, jan. 2010. ISSN 1980-3532. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p93/19842>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. O judiciário e o Ato Institucional nº5: repressão e acomodação em 1968. **Movimentação**, Dourados, v. 5, nº. 9, p. 125-138, 2018.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 11, p. 104-117, 2014.